



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/05/2025 ATA APROVADA

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO QUINTO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 29 dias do mês de maio de 2025. Às 15h17min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 1.556/2025 de autoria do Executivo, para apresentação das Metas Fiscais, referente ao 1º quadrimestre de 2025, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da audiência pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Controlador-Geral do Município, Senhor Diego Rezende Ribeiro Pessoa, iniciou a apresentação dos dados fiscais do 1º quadrimestre de 2025 abordando a arrecadação das Receitas e a execução das Despesas do Município com base no Relatório de Gestão Fiscal. Destacou que as Receitas Correntes arrecadadas atingiram 98% do valor previsto para o período de janeiro a abril, correspondendo a aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Apontou que a arrecadação está dentro do esperado, considerando que cada quadrimestre representa cerca de 33% do exercício anual. Discorreu sobre a composição das Receitas Correntes, incluindo tributárias, contribuições, patrimoniais, transferências e outras receitas, com destaque para o bom desempenho na arrecadação do IPTU e da dívida ativa, impulsionados por campanhas de desconto e programas de regularização. Comentou que Juiz de Fora é um município com elevada capacidade de arrecadação própria, o que o diferencia no cenário nacional. Em relação às Receitas Transferidas, mencionou o impacto negativo causado pela demora do Congresso Nacional na aprovação do orçamento federal, o que comprometeu o repasse de recursos essenciais, especialmente nas áreas de Saúde e Educação. Quanto às Receitas de Capital, informou que as operações de crédito, como o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa), totalizaram R\$ 18,7 milhões, representando a maior parte do montante arrecadado nessa categoria. Apresentou o comparativo com o 1º quadrimestre de 2024 destacando um crescimento de 4% na Receita Corrente e de 15% na Receita de Capital. Na sequência, detalhou a execução das Despesas, indicando que 30% da previsão anual das Despesas Correntes foi executada, enquanto as Despesas de Capital atingiram 19%. Explicou que a execução total ficou em 27%, influenciada pelas transferências federais não realizadas. Relatou que o Município investiu mais de R\$ 20 milhões em obras no período e que a lista completa dos investimentos está disponível no Portal da Transparência. Apresentou o resultado financeiro apurado até abril de 2025, no valor de R\$ 396,87 milhões, sendo a maior parte composta por recursos vinculados. Em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), informou que foi de R\$ 2,74 bilhões, com os respectivos ajustes utilizados para apuração de limites de endividamento e de Despesa com Pessoal. Demonstrou que o Município se encontra dentro dos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com índice de Despesa com Pessoal de 50,93%, abaixo do limite prudencial. Na área da Saúde, destacou que o Município aplicou 18,73% dos recursos do Tesouro, acima do mínimo constitucional de 15%, com expressivos números de atendimentos, exames, internações, vacinação e aquisição de equipamentos. Na Educação, foi aplicado 25,09%, cumprindo o mínimo exigido, com contratações de profissionais, vagas em creches, matrícula de alunos e manutenção de escolas. Citou ainda investimentos em Cultura, com reabertura do Museu Mariano Procópio, ações no desenvolvimento econômico, geração de 4.133 postos de trabalho formais, fortalecimento da Assistência Social, com mais de 88 mil atendimentos nas redes de proteção, além



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/05/2025 ATA APROVADA

de melhorias na infraestrutura urbana, como pavimentação, iluminação, limpeza pública e plantio de mudas. Nas áreas de Esporte, Lazer e Bem-Estar Animal, foram realizadas diversas ações e diversos projetos com ampla participação da população. Finalizou abordando a dívida fundada do Município, que se manteve estável em relação ao exercício anterior, e o cumprimento da "Regra de Ouro", além do índice do art. 167-A da Constituição Federal, demonstrando a responsabilidade fiscal da gestão. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Vinicius Soares, morador do Bairro São Mateus, abordou a necessidade de maior atenção à acessibilidade na gestão municipal. Citou como exemplo o Museu Mariano Procópio, afirmando que, apesar da importância cultural, ainda carece de estrutura acessível. Relatou que, mesmo com ações da Prefeitura, há carência de recursos, como Intérpretes de Libras nas unidades públicas. Comentou a ausência de alguns Vereadores na audiência e pediu que, em reuniões sobre Saúde e Acessibilidade, a população e as entidades sejam convidadas a participar. Informou que foi convidado para uma reunião na UBS Cruzeiro do Sul, com representantes locais, para tratar de questões da Saúde Pública. Finalizou pedindo providências à gestão municipal e elogiou a atuação de comissões anteriores, especialmente do Vereador Maurício Delgado. O Presidente Zé Márcio Garotinho agradeceu a participação do Senhor Vinicius Soares, destacando sua atuação constante e contribuição nos debates públicos. Ressaltou que a questão da acessibilidade é grave e deve ser tratada com seriedade, especialmente nos equipamentos públicos. Citou como exemplo a importância de se construir calçadas acessíveis e não apenas visualmente bonitas. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado destacou a importância da participação do cidadão, Senhor Vinicius Soares, concordando com suas observações sobre acessibilidade. Informou que o Presidente da comissão já está providenciando a data da próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Referiu-se ao Controlador-Geral do Município, Senhor Diego Rezende, elogiando a apresentação técnica e o cumprimento das metas fiscais, mas ponderou que, por se tratar de dados consolidados por diversas secretarias, o Controlador não teria responsabilidade direta sobre todas as informações apresentadas. Propôs que, nas próximas audiências, os Secretários responsáveis estejam presentes para esclarecer dúvidas específicas. Questionou a afirmação de que o Município possui receita própria suficiente para a manutenção da gestão e solicitou detalhamento sobre quais são essas receitas. Perguntou se a principal receita própria do Município é o IPTU, seguido por multas e taxas. Demonstrou preocupação com o déficit de R\$ 92 milhões, apresentado no relatório anterior, avaliando que a realidade fiscal contrasta com o discurso oficial de equilíbrio financeiro. Criticou a forma como vêm sendo conduzidas ações da Prefeitura relacionadas ao comércio informal, mencionando casos específicos de trabalhadores retirados de seus locais históricos de atuação, sem aviso prévio ou alternativas viáveis. Ressaltou a necessidade de esclarecimentos diretos por parte da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania. Apontou que, embora tenha havido aumento nominal nos investimentos em Saúde, o percentual aplicado no 1º quadrimestre foi o menor dos últimos períodos, evidenciando perda real de investimento. Destacou que os dados apresentados não condizem com a realidade enfrentada pelos usuários dos serviços públicos de saúde. Defendeu que o Legislativo cobre maior presença dos Secretários nas audiências, para que prestem os devidos esclarecimentos, evitando que apenas o Controlador responda por dados que não estão sob sua responsabilidade direta. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou preocupação com os dados apresentados referentes à arrecadação do 1º quadrimestre de 2025. Destacou que, embora a meta planejada tenha sido de R\$ 1,5 bilhão, o valor efetivamente arrecadado ficou cerca de R\$ 155 milhões abaixo do previsto. Ressaltou que os maiores índices de arrecadação geralmente ocorrem em janeiro devido ao pagamento antecipado de IPTU e alertou que os meses seguintes tendem a apresentar queda na arrecadação. Apontou que, mantido esse ritmo, a arrecadação ao final do exercício poderá se equiparar à do ano de 2024, contrariando a previsão de crescimento constante. Questionou a coerência do planejamento que projeta uma arrecadação de R\$ 4 bilhões para 2025, visto que os números apontam para um comportamento próximo ao do ano anterior. Relatou ainda preocupações



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/05/2025 ATA APROVADA

quanto à capacidade do Município de honrar compromissos financeiros, considerando inclusive os empréstimos em andamento. Solicitou esclarecimentos sobre o pagamento dos subsídios do transporte público, mencionando os atrasos e a necessidade de se apurar responsabilidades por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Criticou a concentração de decisões orçamentárias em determinados setores da Administração, mencionando especificamente a atuação da Senhora Fernanda Finotti. Demonstrou insatisfação com a variação mensal dos gastos do Município, que oscilaram de R\$ 386 milhões em janeiro para valores significativamente menores nos meses seguintes, o que, segundo ele, compromete a previsibilidade e o controle dos gastos contínuos, como folha de pagamento e contratos de prestação de serviço. Por fim, reiterou respeito ao trabalho técnico do Controlador-Geral Senhor Diego Rezende, mas manifestou inconformismo com a forma como o Servidor vem sendo exposto repetidamente em audiências públicas, sendo o único a prestar esclarecimentos sobre informações de diversas pastas. Defendeu que sejam apresentadas alternativas legais para garantir maior objetividade, transparência e responsabilidade das secretarias nas futuras prestações de contas, por meio de uma proposta legislativa que obrigue a presença dos titulares de cada área. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes registrou sua indignação quanto ao formato da audiência pública, afirmando que, em vez de promover a transparência das metas fiscais e das contas públicas, a apresentação se configurou como uma peça publicitária da atual gestão. Declarou que não foram apresentados dados concretos que possibilitem o exercício efetivo da fiscalização por parte do Legislativo. Criticou ainda o envio da documentação com poucas horas de antecedência, o que inviabilizou uma análise adequada, e lamentou que o Servidor presente, Senhor Diego Rezende, não tenha responsabilidade direta sobre os conteúdos abordados, razão pela qual optou por não realizar os questionamentos que havia preparado. Informou que formalizará um Pedido de Informação direcionado ao Executivo. Reiterou críticas à situação da Saúde no Município e mencionou a instauração de CPI sobre o tema, afirmando que há resistência interna à sua tramitação. Concluiu dizendo que, diante da falta de respostas concretas, considera que a próxima audiência pública deveria ocorrer em espaço externo, como forma simbólica de protesto. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado pediu desculpas pelo tom anterior de sua manifestação, justificando que certas situações geram indignação. Relatou ter recebido, durante a audiência, mensagem de um prestador de serviço responsável pela decoração natalina de 2024, informando que, até a presente data, não recebeu o pagamento pelo serviço realizado. Questionou a narrativa de que todas as contas estariam quitadas e destacou a gravidade da situação, dizendo que, se há pendências em contratos como esse, outras áreas, como Saúde e Educação, também podem estar comprometidas. Defendeu a realização urgente de nova audiência pública com a presença da Secretária de Finanças para esclarecer as inconsistências nos pagamentos e nas projeções orçamentárias. Criticou ainda o anúncio de novo empréstimo no valor de R\$ 660 milhões, alertando que tal operação pode comprometer gestões futuras. Finalizou manifestando preocupação com a estagnação econômica do Município, destacando a baixa diversificação da arrecadação, concentrada no IPTU, e a ausência de políticas efetivas para expansão industrial e crescimento sustentável. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou preocupação com a situação fiscal do Município, reforçando os apontamentos feitos anteriormente pelo Vereador Maurício Delgado. Relatou ter recebido mensagem de que Professores da Rede Municipal estão custeando do próprio bolso o deslocamento até as unidades escolares, devido à ausência de pagamento de vale-transporte. Acrescentou que diversos prestadores de serviço ainda não receberam valores referentes ao exercício anterior e questionou se tais pagamentos estão sendo realizados com recursos do orçamento atual, o que, segundo ele, pode caracterizar operação irregular. Afirmou que, caso todos os compromissos pendentes venham a ser quitados de forma concentrada, há risco de ultrapassagem do limite de 95% da execução orçamentária, o que pode comprometer a responsabilidade fiscal da gestão. Recordou que, no ano anterior, o estouro orçamentário ocorreu a partir de setembro, com reflexos graves na Saúde, como a sobrecarga nas filas de espera e atrasos em repasses a hospitais. Avaliou que, no ritmo atual, esse



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/05/2025 ATA APROVADA

colapso pode ocorrer ainda mais cedo em 2025. Questionou também se os subsídios referentes ao transporte público do ano anterior foram pagos neste exercício e pediu esclarecimentos sobre o montante devido às empresas. Finalizou dizendo que, diante da concessão irrestrita de gratuidades, seria, então, coerente ampliar ainda mais esse benefício. Falou ainda que a Prefeitura aparenta administrar uma situação de normalidade que, na prática, não condiz com os dados reais. Com a palavra, o Senhor Diego Rezende, Controlador-Geral do Município, iniciou sua fala esclarecendo que esta Audiência Pública tem caráter técnico e didático, com a apresentação de dados consolidados de arrecadação, execução orçamentária e aplicação de recursos públicos, conforme exigências do Tribunal de Contas. Ressaltou que os dados expostos são oficiais, auditáveis e encaminhados ao TCE/MG. Informou que, dentre as Receitas Correntes Próprias, o IPTU foi o principal destaque, atingindo 52% da meta prevista para 2025. Comentou as dificuldades enfrentadas devido à ausência de orçamento federal nos três primeiros meses do ano, o que comprometeu o repasse de transferências constitucionais e emendas, como as Emendas Pix, congeladas no exercício anterior. Segundo ele, o Município precisou utilizar recursos do Tesouro para manter os compromissos em áreas essenciais, como Saúde e Educação. Destacou que, no 1º quadrimestre de 2025, foi investido 18,73% de recursos do Tesouro na Saúde, acima do mínimo constitucional de 15%, e 25 % na Educação, também em conformidade com o índice exigido. Ao responder ao Vereador Sargento Mello Casal, informou que não possui dados sobre os subsídios do transporte público, orientando que um Pedido de Informação seja direcionado à Pasta competente. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal voltou a manifestar preocupação com a queda percentual do investimento em Saúde, mesmo que o valor absoluto seja elevado. Considerou preocupante a redução de 29% para 18% nas aplicações da área, afirmando que saúde não é gasto, mas sim investimento, e que o corte orçamentário pode comprometer o atendimento à população. Criticou ainda a aprovação de alterações orçamentárias pelo Conselho Municipal de Saúde. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes frisou que, apesar de o percentual de 18,7% estar acima do mínimo legal, o atual índice representa o pior investimento percentual na Saúde da última década. Comparou com os primeiros quadrimestres de anos anteriores e considerou que há um colapso em curso na Saúde Pública Municipal, decorrente da baixa priorização da área pela gestão atual. Com a palavra, o Senhor Diego Rezende complementou as respostas anteriormente dadas, reforçando que os dados apresentados sobre a Saúde correspondem exclusivamente ao 1º quadrimestre de cada exercício e que, por essa razão, não é possível comparar diretamente com exercícios completos. Esclareceu que, no 1º quadrimestre de 2021, o investimento em Saúde com recursos do Tesouro foi de 22,62% e que esse valor cresceu progressivamente nos anos seguintes. Informou que, em 2024, o investimento no 1º quadrimestre foi da ordem de R\$ 340 milhões e que, em 2025, ultrapassou R\$ 360 milhões, somando os recursos do Tesouro e os vinculados. Ressaltou que, em todos os exercícios, os índices constitucionais mínimos foram cumpridos. Reforçou que a apresentação incluiu números de cirurgias, exames, internações, distribuição de medicamentos e vacinas. Orientou novamente que um Pedido de Informação seja direcionado à Pasta competente. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes reafirmou sua fala anterior. Em resposta à Vereadora Roberta Lopes, o Controlador-Geral do Município, reforçou que os dados apresentados se referem exclusivamente ao 1º quadrimestre de cada exercício. Informou que o comportamento geral dos investimentos em saúde ao longo de 2025 somente poderá ser analisado e comparado em audiência futura, prevista para fevereiro de 2026, quando os dados do exercício estarão consolidados. Acrescentou que a previsão de aplicação de recursos segue as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e, mais uma vez, disse, para informações detalhadas sobre planejamento e execução na área da Saúde, que seja feito contato direto com a Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelos dados operacionais e estratégias setoriais. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes mencionou que a ausência dos Secretários Municipais nas audiências públicas compromete a efetividade do debate e da fiscalização, tornando inócuas as discussões, já que os responsáveis diretos pelas Pastas não estão presentes para prestar



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/05/2025 ATA APROVADA

os devidos esclarecimentos. Reiterou que sua intenção foi demonstrar que houve um declínio nos percentuais de investimento em Saúde ao longo das gestões da atual Prefeita Margarida Salomão. Argumentou que, mesmo tratando-se apenas do 1º quadrimestre, os dados apresentados evidenciam, em sua avaliação, o pior índice da década, o que estaria diretamente relacionado ao colapso enfrentado atualmente pela Saúde Pública no Município. Atribuiu o cenário à falta de prioridade da gestão com o setor. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal criticou a redução percentual no investimento em Saúde argumentando que, embora os valores absolutos investidos estejam na casa dos R\$ 360 milhões, os custos na área da Saúde, especialmente com medicamentos, sofreram aumentos expressivos, em média 5,6% somente neste ano. Afirmou que a redução do percentual de investimento de 29% para cerca de 18% compromete a capacidade do Município de manter o equilíbrio entre Receitas e Despesas em Saúde, considerando o aumento contínuo da demanda e dos insumos. Relatou que nas Unidades de Saúde, como o HPS e a Regional Leste, os Médicos estão sobrecarregados, atendendo, segundo ele, até 100 consultas por dia, o que, em sua avaliação, evidencia a situação de colapso. Criticou a gestão municipal por reduzir o orçamento da Saúde em um cenário de alta demanda e classificou a situação como caótica. Finalizou sua fala associando a atual condução da área à ausência de prioridade da gestão municipal. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Senhor Diego Rezende reforçou as informações apresentadas ao longo desta Audiência, destacando o comportamento dos investimentos em Saúde nos últimos anos. Informou que, em 2017, os investimentos na área foram da ordem de R\$ 518 milhões, e que, no primeiro ano da atual gestão, em 2021, já estavam na casa dos R\$ 742 milhões. Ressaltou que, ao final do exercício de 2024, os investimentos totais em Saúde alcançaram R\$ 1,129 bilhão, o que representa, segundo ele, um crescimento exponencial na aplicação de recursos na área. Encerrou informando que os dados consolidados estão disponíveis no Portal da Transparência do Município e nas gravações das audiências públicas anteriores realizadas nesta Casa. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 16h27min. Estiveram presentes os Senhores: Diego Resende Ribeiro Pessoa, Controlador-Geral do Município; Geny Braz, Gerente do Departamento de Controle da Gestão Operacional do Município; Wilson Rodrigues de Oliveira, Supervisor de Acompanhamento da Gestão Fiscal; Débora Nascimento, Assessora da Controladoria; e Vinicius de Azevedo Martins, Coordenador da Unidade de Controle Legislativo e Fiscalização da Câmara Municipal. Compareceram os Vereadores: André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira, Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), João Evangelista de Almeida (João do Joquinho), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes) e Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 16 de junho de 2025.

**José Márcio Lopes Guedes**  
Presidente da Câmara Municipal

**João Wagner de Siqueira Antoniol**  
1º Secretário

